

RUBEM  
BRAGA

## POR FALAR EM CORRUPÇÃO

18.5.65

Anos atrás meu colega All Right do *Correio da Manhã*, escreveu sobre a paralisação das obras contra a seca no Governo Bernardes, que sucedeu ao paraibano Epitácio. Ao lembrar o tremendo desperdício de verbas e material em que isso importou em detrimento do Nordeste, a indignação do cronista foi tão grande que ele acabou sugerindo uma comissão de inquérito para apurar essas irregularidades acontecidas em... 1924!

Cuida-se agora de dar continuação aos inquéritos mandados abrir no começo do Governo Jânio Quadros. Não é a mesma coisa, mas lembra a outra. Nesse caminho teremos metade do alto funcionalismo civil e militar ocupado em apurar os deslizes do passado. Esta minha crônica pretende sugerir que, apesar de todas as comissões e IPMs, a corrupção continua a funcionar... em 1965.

Vou contar dois casos autênticos; quem quiser acreditar que acredite; eu é que não posso provar, e por isso mesmo não apontarei nomes. Deixo de lado a administração estadual, quando poderia, por exemplo, citar numerosos exemplos de corrupção de guardas do trânsito. Entre eles sempre houve um bom número de achacadores; o que acontece agora é que esses estão achacando mais alto, em vista do terrorismo implantado pelo Coronel Fontenele — que, de resto, admitiu publicamente a existência desses maus elementos. Escolho, de propósito, fatos novos, verdadeira bossa nova da administração federal, para caracterizar bem a corrupção estilo 1965.

Escritório de uma pequena empresa. Aparecem três "agentes federais" com ares de *éfibiai* a defender as rendas da União.

Exame de livros. Nada de anormal, mas vem uma ordem: "abra essas gavetas!" O camarada explica que as gavetas da esquerda são de papéis da firma, mas as da direita são de coisas suas, particulares. Pois os agentes resolvem ver primeiro as gavetas da direita. A primeira coisa que encontram é uma promissória não selada: dinheiro que o homem da firma emprestou particularmente a um amigo. "Sabe qual é a multa?" Diante disso começa o chamado diálogo. Termina com o chefe da pequena firma, depois de consultar seus depósitos bancários, fazer tudo o que pode no momento: um cheque de 700 mil cruzeiros em benefício pessoal dos zelosos agentes federais.

Agora, queridos telespectadores, nossas câmaras vão focalizar este edifício da Esplanada do Castelo. É um edifício bastante conhecido, e está em vias de ser desapropriado para instalação de um novo órgão da benemérita administração federal. No térreo funciona um estabelecimento comercial. Seu chefe é procurado por um cavalheiro que se diz do novo órgão e avisa que ele terá de dar o fora dali muito breve, pois todos os inquilinos terão de sair. O comerciante coça a cabeça; aquele ponto, que é seu há longos anos, vale uma fortuna; e se tiver de se instalar em outro naquela zona, daquele tamanho, precisará pagar uma enormidade. O outro explica que para evitar isso poderá ajeitar as coisas no gabinete da Presidência, mas, o senhor compreende... enfim... Para encurtar conversa: quer quinze milhões.

Isto são fatos da vida carioca. Já disse que não posso prová-los; sou apenas um cronista ligeiro, não um Promotor Público, muito menos um Coronel de IPM. Tenho, porém, mais de 30 anos de jornalismo, e jamais fui acusado de inventar histórias. Meu ramo não é a ficção. Já disse: quem quiser que acredite. Ou então vamos topar a sugestão do excelente All Right e investigar o fim daquelas verbas para construção de açudes na boa época dos *twenties*...